

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.518	5.994
Impostos e contribuições sociais	5	84	7
Despesas pagas antecipadamente		35	35
		1.637	6.036
Não Circulante			
Cauções e depósitos vinculados	6	489	-
		489	-
Imobilizado	8	60.976	23.913
		60.976	23.913
Total do ativo		63.102	29.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(222)	(316)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Encargos de dívidas sobre debêntures	(63)	362
	(285)	46
(Aumento) diminuição de ativos operacionais	(77)	(7)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(489)	(35)
Cauções e depósitos vinculados	(566)	(42)
Despesas pagas antecipadamente		
Aumento (diminuição) de passivos operacionais	939	59
Fornecedores	312	4
Outros tributos e contribuições sociais	1.251	63
Caixa proveniente das atividades operacionais	400	67
Imposto de renda e contribuição social pagos	(144)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	256	67
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(33.705)	(15.449)
Partes relacionadas		(8.171)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(33.705)	(23.620)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	17.473	2.347
Adiantamento para futuro aumento de capital		3.517
Aumento de capital	11.500	
Captação de Empréstimos e financiamentos		23.683
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	28.973	29.547
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.476)	5.994
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.518	5.994
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.994	
	(4.476)	5.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Central Eólica Baixa do Feijão I S.A. (Companhia ou Baixa do Feijão I), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2011, controlada integral da EDP Renováveis Brasil S.A. (EDP Renováveis Brasil), tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Eólica Baixa do Feijão I, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades.

A Companhia tem sede e foro na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 17º andar, sala 1, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

1.1 Autorização do Parque Eólico Baixa do Feijão I

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 471 de 10 de agosto de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Baixa do Feijão I, constituída de 15 Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada e 14.800 kW médios de garantia física de energia, localizada no município de Jandaíra no estado do Rio Grande do Norte.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 14 de agosto de 2012 e o término em 14 de agosto de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da autorizada. A data prevista para a companhia entrar em operação comercial é 1º de janeiro de 2016.

A energia elétrica produzida pela Autorizada destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

1.2 Negociação de parte minoritária

Em Dezembro de 2014, a EDP Renováveis Brasil, S.A. chegou a acordo com a CWEI (Brasil) Participações Ltda ("CWEI Brasil"), uma subsidiária controlada integralmente pela China Three Gorges ("CTG"), para a venda de uma participação acionista representativa de 49% do capital social da Companhia. A Companhia estima que essa transação estará concluída até o segundo semestre de 2015.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09,

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2014	31/12/2013
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	9	998	59
Impostos e contribuições sociais	5	317	121
Partes Relacionadas	7	19.052	
Debêntures	10	27.632	
		47.999	180
Não Circulante			
Debêntures	10		24.338
Partes relacionadas	7	768	2.347
Adiantamento para futuro aumento de capital	7		3.517
		768	30.202
Patrimônio líquido			
Capital social	11.1	15.017	
Prejuízos acumulados		(682)	(433)
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		14.335	(433)
Total do passivo e Patrimônio líquido		63.102	29.949

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)	2014	2013
Geração do valor adicionado		
Receita relativa à construção de ativos próprios	229	350
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(339)	(225)
Serviços de terceiros	(277)	(165)
Outros custos operacionais	(62)	(60)
Doações, Contribuições e Subvenções	(45)	
Diversos	(17)	(60)
Valor adicionado bruto	(110)	125
Valor adicionado líquido produzido	(110)	125
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	97	361
Valor adicionado total a distribuir	(13)	486
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	27	117
Estaduais	33	62
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	161	686
Aluguéis	15	54
	236	919
Prejuízo do exercício	(249)	(433)
	(13)	486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 19 de fevereiro de 2015.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Imobilizado (Nota 8)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições necessárias para o funcionamento e deduzidos da depreciação acumulada quando aplicável. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos as debêntures emitidas, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)	Nota	2014	2013
Despesas e Receitas			
Despesas gerais e administrativas	12	(185)	(284)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		(185)	(284)
Receitas financeiras		97	
Despesas financeiras		(134)	(32)
Resultado financeiro	13	(37)	(32)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(27)	(117)
Resultado líquido do exercício		(249)	(433)

A Companhia não divulgou as demonstrações de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essas demonstrações registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios de 2014 e 2013, além do próprio resultado do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízo acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012			-
Prejuízo do exercício		(433)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013		(433)	(433)
Aumento de capital AFAC - AGO de 08/10/2014	3.517		3.517
Aumento de capital - AGO de 08/10/2014	11.500		11.500
Prejuízo do exercício		(249)	(249)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	15.017	(682)	14.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

incorporados no ativo. A partir do início das operações, os ativos operacionais relacionados a atividade de geração, serão depreciados por taxas que levam em consideração a vida útil dos bens que é de 25 anos limitados ao prazo de autorização.

c) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro
São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

d) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Fornecedores (Nota 9)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

f) Debêntures (Nota 10)

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensuradas ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

g) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

h) Imposto de renda e contribuição social (Nota 5 e 14)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

i) Capital social (Nota 11.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

j) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e as despesas financeiras abrangem despesas com juros.

k) Resultado por ação (Nota 15)

O Resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O Resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CFC nº 636/10. Não existe diferença entre o Resultado básico por ação e Resultado por ação diluído.

l) Uso de estimativa e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. Apesar do CPC 01 requerer o teste de imparidade somente quando há indicador de imparidade ou ativo de vida útil indefinida, a Companhia adota como prática a avaliação de imparidade em base anual.

A principal estimativa que representa risco significativo com probabilidade de causar ajuste às demonstrações financeiras referem-se ao registro do efeito decorrente da Mensuração de instrumentos financeiros (nota 2.2 item m).

m) Instrumentos financeiros (Nota 16)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, um instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Um instrumento é classificado como instrumentos mantidos até o vencimento, se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

• Passivos financeiro

A Companhia classifica fornecedores e debêntures como passivos financeiros. Todos os passivos financeiros estão reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado. Liquidação de passivos financeiros A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

3 Pronunciamentos emitidos e ainda não adotados

Diversas normas entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não havendo mudanças significativas na sua adoção.

Os pronunciamentos e interpretações a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras:

Revisão da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e alterações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto;

IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas e IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes;

Alterações às IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização, alterações às IAS 16 e IAS 41 - Agricultura: Plantas Produtivas, e alterações à IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados; Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010 - 2012 e Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2011 - 2013.

Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Bancos conta movimento	1.518	2.705
Aplicações financeiras - renda fixa		3.289
Total	1.518	5.994

As aplicações financeiras de curto prazo, referente a 2013 de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

10 Debêntures

10.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2014				31/12/2013					
								Finalidade	Encargos		Encargos		Total	Encargos		Total	
									Circulante	Não circulante	Circulante	Principal		Não circulante	Principal		Não circulante
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	23.750	1	23.750	14/08/2013	14/02/2015	100,0% do CDI	Parcela única no final	3.882	-	23.750	27.632	-	637	-	23.750	24.387	
(-) Custos de emissão							Amortização mensal									(49)	(49)
Total								3.882	-	23.750	-	27.632	-	637	-	23.701	24.338

Para maiores informações a respeito das garantias, vide nota 17.3.

10.2 Mutação das debêntures no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2013	Juros provisionados	Transferências	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2014
Curto Prazo					
Debêntures					
Principal		23.750			23.750
Juros	3.245	637			3.882
Custo de transação			(49)	49	-
	-	3.245	24.338	49	27.632
Longo Prazo					
Debêntures					
Principal	23.750		(23.750)		-
Juros	637		(637)		-
Custo de transação		(49)	49		-
	24.338	-	(24.338)	-	-

10.3 Vencimento das parcelas do Circulante

	Vencimento
Circulante	
2015	27.632
Total	27.632

Essas aplicações financeiras referiam-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxa de 97,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas

5 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2013	Adição	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Saldo em 31/12/2014
Ativo - Compensáveis						
ICMS	-	73			(7)	66
IRRF sobre aplicações financeiras	7	30			(19)	18
Total	7	103			(26)	84
Circulante	7					84
Total	7					84
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	117	27	(126)	(18)		-
ISS		308	(132)			176
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	2	49	(28)		(3)	20
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	1	27	(17)		(1)	1
IOF		106				106
Outros	1	17			(13)	5
Total	121	534	(303)	(18)	(17)	317
Circulante	121					317
Total	121					317

6 Cauções e depósitos vinculados

O valor original de R\$ 489 atualizado até 31 de dezembro de 2014, refere-se a depósito de arrendamento por determinação judicial. Trata-se de ação interposta na forma de arrolamento sumário, relativos a bens vinculados ao processo 115630-89.2011.8.20.0001 de inventário, que serão depositados até que se conclua o deferimento do processo.

7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
				31/12/2014	31/12/2013	2014	2013
Partes relacionadas							
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos	EDP Renováveis Brasil	01/01/2013	Sem data de conclusão (renovado anualmente) 7.1	435	88	(435)	(88)
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos	EDP Grid	30/09/2014	Sem data de conclusão (renovado anualmente) 7.1	333		(333)	
Cessão e Transferência de Investimentos de acordo com Laudo de Avaliação SP -0290/13-01a	EDP Renováveis Brasil	11/12/2013	Sem data de conclusão (renovado anualmente) 7.1		2.259		
Contrato de mútuo - 110% do CDI.	EDP Renováveis Brasil	04/12/2014	Conclusão 04/06/2015 (Podendo ser renovado) 7.2	19.052			
				19.820	2.347	(768)	(88)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC							
AFAC	EDP Renováveis Brasil	31/12/2013	Integralizado em 08/10/2014		3.517		
					3.517	-	-
Total				19.820	5.864	(768)	(88)

7.1 Compartilhamento de atividades e alocação de gastos

A partir de 1º de janeiro de 2013, a EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

Para os gastos com pessoal, a distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding*, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e a apropriação, é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte por meio do *timesheet*.

Para os serviços de Infraestrutura o objetivo é a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, limpeza e gastos de telecomunicações.

Para os demais serviços (Administração, Consultoria e Engenharia) a distribuição será conforme a necessidade da Companhia.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

7.2 Contrato de Mútuo

Refere-se à contrato de mútuo firmado com a Sócio EDP Renováveis para suprir as necessidades de caixa da Sociedade com prazo de vencimento em 04/06/2015 e indexados por 110% do CDI (Cerificado de depósitos interbancários).

7.3 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

A controladora direta da Companhia é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Renováveis Espanha S.A. A EDP - Energias do Brasil S.A. é investidora minoritária.

cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de

papéis similares.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Imobilizado em curso				
Geração	60.976	60.976	23.913	23.913
Total do Imobilizado em curso	60.976	60.976	23.913	23.913
Total do imobilizado	60.976	60.976	23.913	23.913
A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:				
	Valor líquido em 31/12/2013	Ingressos	Encargos/ Juros capitalizados	Valor líquido em 31/12/2014
Total do Imobilizado em curso	23.913	33.705	3.358	60.976
Total do imobilizado	23.913	33.705	3.358	60.976
Total líquido	23.913	33.705	3.358	60.976

8 Imobilizado

7.4 Remuneração dos administradores

A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais-chave da administração.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Materiais e serviços		998		59
Total		998		59

9 Fornecedores

	31/12/2014	31/12/2013
Total	998	59

Em 14 de agosto de 2013 a Companhia realizou a sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor total de R\$23.750. Essa emissão será destinada à implementação do Parque Eólico Baixa do Feijão I, localizado na cidade de Jandaíra, estado do Rio Grande do Norte. A remuneração da emissão será de 100% da variação acumulada das taxas médias de juros dos Depósitos Interbancários - DI, expressas na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente a uma sobretaxa de 1,10% a.a. calculadas e divulgadas pela CETIP. Os pagamentos do principal e juros serão em parcela única na data de vencimento, ou seja, em 14 de fevereiro de 2015. A garantia da operação é fiança corporativa emitida pela EDP - Energias do Brasil. As debêntures foram emitidas para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2014 totalmente integralizado é de R\$15.016.712,75 (2013 R\$100,00). O capital social é composto de 15.016.712 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de posse 100% da EDP Renováveis Brasil.

Acionistas	Ações Nominativas		%
	2014	2013	
EDP Renováveis Brasil	15.016.712	100	100

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

12 Despesas gerais e administrativas

	2014	2013
Gerenciáveis		
Serviços de terceiros	150	165
Aluguéis e arrendamentos	15	57
Outras	20	62
Total	185	284

13 Resultado financeiro

	2014	2013
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	97	89
(-) Juros capitalizados		(361)
Outras receitas financeiras		272
	97	-
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(3.359)	(678)
Atualização monetária contratos de mútuo	(104)	-
(-) Juros capitalizados	3.359	654
Outras despesas financeiras	(29)	(8)
Total	(133)	(32)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2014	2013	2014	2013
	Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(264)	(316)	(264)
Alíquota IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%
Outros	66	79	24	28
Ajuste lucro presumido	(84)	(169)	(33)	(61)
Incentivos fiscais		6		
Despesa de IRPJ e CSLL	(18)	(84)	(9)	(33)
Alíquota Efetiva	-6,82%	-26,58%	-3,41%	-10,44%

15 Resultado por ação

O Resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas. No exercício de divulgação, a Companhia não dispunha de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria Companhia ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o Resultado por ação do exercício. Dessa forma, o Resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao Resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do Resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

16.2 Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	Categoria	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
				31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	1.518	2.705	1.518	2.705
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 2		3.289		3.289
Cauções e depósitos vinculados	6	Ativos mantidos até o vencimento		489		489	
				2.007	5.994	2.007	5.994
Passivos financeiros Circulante							
Fornecedores	9	Outros ao custo amortizado		998	59	998	59
Partes relacionadas	7	Outros ao custo amortizado		19.052		19.052	
Debêntures	10	Outros ao custo amortizado		27.632		27.632	
Não circulante							
Debêntures	10	Outros ao custo amortizado		768	24.338		24.338
Partes relacionadas	7	Outros ao custo amortizado			2.347		2.347
				48.450	26.744	48.450	26.744

16.2.1 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos. Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinadas debêntures, que nestes casos, o valor contábil pode diferir ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da instituição financeira;
- (ii) Fornecedores: tem giro constante e é composto por materiais e serviços. Desta forma, o valor justo se equivale ao preço da transação;
- (iii) Debêntures: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.
- (iv) Partes relacionadas: é composto por contratos de prestação de serviços, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

16.2.2 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

	2014	2013
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(249)	(433)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	15.017	0,1
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,0166)	(4,330)

16 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

16.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

dezembro de 2014 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata.

Atrelado ao risco de liquidez, existe garantia contratada (Nota 16.2.2) para a rubrica de Debêntures. Essa garantia contratual é o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos do contrato de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

O risco de liquidez atribuído a rubrica de Debêntures refere-se a Juros vencidos não contabilizados e encontra-se demonstrado na nota 17.1.

16.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos.

Uma importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

17 Compromissos contratuais e Garantias

17.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2014, os compromissos por obrigações de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2014				
	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Responsabilidades com locações operacionais	12.761	348	1.159	427	10.827
Obrigações de compra	62.399	50.102	12.297		
	75.160	50.450	13.456	427	10.827

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não estão registrados nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

A Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis para instalação e operação do parque eólico. Os contratos têm prazo de 30 e 35 anos e poderão ser renovados pelo mesmo período. O pagamento será efetuado com base no MW instalado e os contratos serão ajustados anualmente pelo IGP-M e IPCA.

17.2 Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado.

A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos possuem prazo de vigência de 1º de janeiro 2016 a 31 de dezembro 2035, como consequência 100% de sua capacidade Instalada serão destinados ao atendimento a esses contratos.

17.3 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2014	31/12/2013
Fiança Corporativa		24.387
Seguro garantia	5.851	5.851

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo na Companhia refere-se a emissão de debêntures.

Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas encontramos o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia participação de Leilão.

18 Meio Ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2014 foram de R\$95 (2013 R\$38), sendo R\$57 capitalizados no exercício (2013 R\$22) (Nota 8), relativos à diagnóstico e prospecção arqueológica e R\$38 relativos a obtenção de autorização e licença de instalação referente a estudo de relevância de cavernas (2013 R\$16).

19 Eventos subsequentes

O prazo de vigência das debêntures (nota 10) é válido até 14/02/2015. E em decorrência do adiamento no reembolso financeiro de longo prazo do Banco BNDES, para liquidação no vencimento acordado a Companhia prorrogou o vencimento para 14/08/2015. Como consequência dessa postergação de vencimento, a Companhia incorrerá em encargos de 100% do CDI mais adicional de 1,60% a.a. Os encargos de renovação correspondem a 0,20% do valor principal.

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	Renato Volponi Lício Diretor	João Maurício Gumiero Contador - CRC 1SP165264/O-0
--	--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Central Eólica Baixa do Feijão I S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Baixa do Feijão I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de

expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Baixa do Feijão I S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar para as companhias fechadas e pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rosane Palharim
Contadora - CRC 1SP220280/O-9